A teoria da Escolha Racional já possui um quadro de referência para analisar a decisão de concorrer a um cargo. Charles Stewart II, no livro Analyzing Congress, enfatiza que as escolhas estratégicas condicionam as carreiras políticas e que a decisão de competir em qualquer eleição pesa os benefícios e custos esperados ao longo do processo (STEWART, 2001: 133). Na raiz da tomada de decisão, há um cálculo de custo-benefício. Stewart estiliza o cálculo como a seguinte fórmula:

E(Ai) = Pi Ui – Ci onde: E(Ai) = Utilidade esperada de concorrer ao cargo i;

Pi = Probabilidade de ganhar a eleição ao cargo i;

Ui = Utilidade associada a ocupar o cargo i;

Ci = Custo de concorrer ao cargo i.

Ou seja, qualquer pessoa que considere se candidatar a uma posição deve pesar a probabilidade de vitória, o valor da posição e o custo de alcançá-la. Obviamente, E (Ai) deve ser maior que zero para que alguém decida concorrer ao cargo i. O valor, descontado pela probabilidade de vitória, deve exceder o custo da inscrição.

Nesse sentido, qualquer aumento nos custos de concorrer ao cargo prejudicará sua utilidade esperada e deve estar associado a propensões mais baixas de candidato. Na direção oposta, se os custos caírem, a utilidade esperada aumenta e deve estar associada a maiores propensões para ser candidato. Expectativas mais altas de ganhar eleições devem se correlacionar com maior probabilidade de candidatura, assim como expectativas mais baixas devem diminuir a probabilidade de uma pessoa concorrer ao cargo.

Com isso em mente, a imaginação poderia fluir e sugerir fatores infinitos que mudariam o equilíbrio da fórmula proposta por Stewart, e provavelmente se ajustariam ao estudo de situações similarmente diversas. O próprio autor descreveu alguns fatores subjacentes aos cálculos de candidatura, como recursos obtidos no escritório, pagamentos, escândalos, identificação de partes, oportunidades perdidas, número e qualidade dos concorrentes, etc. (STEWART, 2001: 140-141).